

**A formação da  
rede  
agroecológica  
latino-  
americana em  
resistência às  
políticas  
públicas da  
revolução  
verde e a  
experiência  
local no Rio de  
Janeiro**

**Paula Fortini Moreira<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: paulafortini@yahoo.com.br.



**The formation of  
the Latin American  
agroecological  
network in  
resistance to  
public policies of  
the Green  
Revolution and the  
local experience in  
Rio de Janeiro**

## **Resumo**

Neste trabalho, inserido no campo da História Ambiental, pretendemos abordar a formação da rede agroecológica na América Latina, de forma geral, e afunilarmos essa trajetória, especificamente, para a nascimento da agroecologia na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980. É preciso saber que o movimento agroecológico se estabeleceu em contraposição às políticas agrícolas na qual, hoje, desencadeou no que conhecemos como agronegócio. Para isso, é necessário compreendermos a dimensão das políticas públicas de expansão da agricultura industrial pela América Latina e suas consequências socioambientais.

**Palavras-chave:** Agroecologia; História Ambiental; Revolução Verde.

## **Abstract**

In this work, inserted in the field of Environmental History, we intend to address the formation of the agroecological network in Latin America, in general, and narrow down this trajectory, specifically, to focus on the birth of Agroecology in the city of Rio de Janeiro in the 1980s. It is necessary to know that the agroecological movement was established in opposition to the agricultural policies in which, today, it triggered in what we know as agribusiness. For this, it is necessary to understand the dimension of public policies for the expansion of industrial agriculture in Latin America and their socioenvironmental consequences.

**Keywords:** Agroecology; Environmental History; Green Revolution.

## Introdução e Metodologia

A alimentação é parte inerente ao dia a dia do ser humano, diante disso, é necessário compreender que comer também seja um ato político, o qual envolve uma série de acordos nacionais e internacionais. Nesse sentido, conhecer os objetivos e consequências da modernização agrícola em meados do século XX é importante para essa tomada de consciência, bem como a insigne força dos movimentos que surgiram em resistência e combate às mazelas geradas por essa nova forma industrial de produzir.

Em um propósito de compreender a formação do movimento agroecológico que se iniciou na cidade do Rio de Janeiro, no final da década de 1970 e início de 1980, é preciso analisar as redes agroecológicas de apoio na América Latina que se formaram quase que concomitantemente, sendo este o objeto desse trabalho. Assim, nosso objetivo é compreender a construção de uma luta política em prol de uma alimentação que visa o bem-estar dos humanos e não-humanos. Para analisar os debates sobre a emergência do movimento agroecológico no Rio de Janeiro, foi mobilizado o periódico *Jornal do Brasil*, encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de leituras bibliográficas acerca do assunto.

## Revolução Verde: a moderna política agrícola

Na década de 1950, pós-Segunda Guerra Mundial, fortaleceu-se a ideia de que, diante das inovações tecnológicas e produtos químicos desenvolvidos no período da Guerra, era necessário, grosso modo, que os países se desenvolvessem e estabelecessem uma economia industrial. Nesse sentido, desencadeou proposições que visavam o auxílio econômico, científico e tecnológico de países desenvolvidos para os países caracterizados como subdesenvolvidos, como era o caso do Brasil, a fim de que esses se modernizassem<sup>2</sup> (SILVA, 2009, p. 16).

Nesse contexto, fortaleceu a ideologia que se baseava em uma nova forma de produção agrícola nos EUA, despontada desde o início do século XX. Essa produção foi realizada com base em adubação e fertilização química do solo, bem

---

<sup>2</sup> Não é o objetivo aqui discursar sobre a teoria do desenvolvimento, portanto está sendo mencionado sumariamente.

como na aplicação de pesticidas e herbicidas que afastariam as chamadas “pragas” dos cultivos. Essa ideia proliferou por toda América Latina tornando um método de produção agrícola hegemônico por meio das políticas públicas implementadas, principalmente, na década de 1960, como é o caso do Brasil. Esse modo de produção ficou conhecido, mundialmente, como “Revolução Verde”.

A implementação da “Revolução Verde” se lançou como projeto inicial no México, que vivia uma situação crítica referente ao abastecimento alimentar para a população (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 51). A ideia preliminar tinha um anseio ainda maior de propagar os modos de produção nos países entendidos como terceiro mundo, nesse caso, os países latino-americanos, a fim de estreitar os laços políticos com os EUA em meio à Guerra Fria. A implementação desse ideário de produção se sustentava pelo discurso de que, ao fazer uso dos pacotes tecnológicos – sementes híbridas e agrotóxicos – obteria maior quantidade de alimentos, maior qualidade nutricional, acesso e variedade na mesa das famílias, acabando com a fome. Referente a essa medida política estadunidense, Angus Wright analisou a trajetória da agricultura no México, no período do século XX, e afirmou que

dirigentes mexicanos e consultores técnicos dos Estados Unidos justificaram o caminho escolhido para o desenvolvimento agrícola com base numa visão de que os solos do México eram naturalmente pobres e profundamente degradados pelo uso contínuo e excessivo. A estratégia foi apoiada com determinação pela Fundação Rockefeller e pelo governo dos Estados Unidos porque ambos a consideravam desejável para o México e porque o caso mexicano era visto como uma espécie de campo de testes experimental para a política norte-americana, que poderia se mostrar altamente favorável às metas comerciais dos EUA e de sua política externa (WRIGHT, 2012, p. 137).

Nessa perspectiva, é evidente que o projeto da “Revolução Verde” foi pensado e desenvolvido para fins econômicos e políticos muito maiores do que resolver o abastecimento alimentar do México, sem considerar os efeitos que poderiam gerar para o ambiente e para a sociedade com o uso de aditivos químicos ao longo do tempo. Deve-se ter em mente também o contexto histórico da Guerra Fria, mencionado anteriormente, na qual a influência e os alinhamentos políticos eram de extrema importância para os principais países em disputa, EUA e URSS. Nesse caso, para os Estados Unidos, estreitar laços no continente americano era, certamente, uma medida crucial e determinante.

Embora a idealização de uma agricultura industrial, sustentada no discurso de certeza da colheita e erradicação da fome, tenha impactado governos e promovido alinhamentos internacionais entre diversos países, esse método produtivo desencadeou consequências negativas para o campo e para o meio ambiente. Podemos mencionar, como exemplo, o êxodo rural e a transformação das paisagens, por fazer uso de maquinários, irrigação com pesticidas e fertilizantes que degradam os solos e contaminam a água. Segundo Wright, a transformação da paisagem ambiental tem encadeamentos “econômicos, políticos, culturais, não apenas para a sociedade mexicana, mas para todo o planeta” (WRIGHT, 2012, p. 138).

É preciso saber que o pacote tecnológico da “Revolução Verde” não abarcava apenas os fertilizantes e pesticidas, mas todo um modo de produção de uma sociedade rural camponesa que produzia os alimentos. O historiador Wilson Picado Umaña, em seu trabalho sobre a história semântica da “Revolução Verde”, menciona que William S. Gaud, administrador da agência de desenvolvimento internacional dos Estados Unidos em 1968, foi um dos precursores a usar publicamente esse termo (PICADO, 2011, p. 27). O autor cita o discurso de Gaud, apresentando a intenção e as políticas públicas para o desenvolvimento de tal “Revolução”, no qual diz:

To accelerate it, to spread it, and make it permanent, we need to understand how it started and what forces are driving it forward. Good luck – good monsoons – helped bring in the recent record harvests. But hard work, good management, and sound agricultural policies in the developing countries and foreign aid were also very much involved (GAUD, 1968, np).<sup>3</sup>

Para acelerá-lo, espalhá-lo e torná-lo permanente, nós precisamos entender como tudo começou e quais forças estão levando isso adiante. Boa sorte – boas monções – ajudaram a trazer as colheitas recordes recentes. Mas trabalho árduo, boa gestão e políticas agrícolas sólidas nos países em desenvolvimento e ajuda externa também estavam muito envolvidas [Tradução nossa].

Wilson Picado ainda menciona que a intenção da “Revolução” era de que, além do alto rendimento produtivo, a utilização dos fertilizantes fosse potencializada e, para isso, era necessário que a sociedade rural camponesa fizesse uso das novas tecnologias de insumos e de estrutura agrícola (PICADO, 2011, p. 28). Assim, para alcançar essa premissa, o autor menciona que Gaud afirmava ser fundamental o

---

<sup>3</sup> GAUD, W. S. *The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions*. Disponível em: <https://www.agbioworld.org/biotech-info/topics/borlaug/borlaug-green.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

estabelecimento de políticas que favorecessem o desenvolvimento das transformações agrícolas, promovendo “recursos de crédito que favoreciam a compra de fertilizantes pelos agricultores, sem precedentes” (PICADO, 2011, p. 28). É evidente que as novas tecnologias de produção de alimentos, inseridas no campo por meio dos pacotes tecnológicos, ocasionou processos de transformação da agricultura tradicional, nos quais contribuíam para a alteração no plantio com base na policultura, no uso de adubo orgânico e outros saberes ancestrais da sociedade camponesa.

David Kaimowitz nos diz que, como consequência ambiental, viu-se a degradação dos recursos naturais por toda América Latina, principalmente os recursos renováveis como a água, o ar, a fauna e a flora, com a intensificação do uso de produtos químicos na agricultura. Segundo o autor, no final do século XX, havia grandes áreas com produções de cereais no Cone Sul que enfrentaram muitos problemas ambientais diante de uma produção monocultora que gerou muitas pragas, doenças e escassez dentro desse sistema de produção. Além disso, ele afirma que entre a década de 1970 e 1990, perdeu-se muitas florestas e houve muitas mudanças ambientais e problemas no solo, como erosão e salinização, por causa do número elevado de pesticidas por hectares, exceto em El Salvador (KAIMOWITZ, 1997, p. 59).

Segundo Kaimowitz, a implementação da “Revolução Verde” nos países latino-americanos foi completa. Isso implica na inserção de maquinarias, agroquímicos, crédito subsidiado aos produtores rurais, muitas políticas comerciais de exportação dos produtos agrícolas, implementação das sementes geneticamente modificadas e híbridas, entre outras propostas gerais da “Revolução”. A adesão dessas políticas foi feita em acordo, principalmente, com os EUA e, cada vez mais, aumentava a dependência desses recursos não renováveis. As políticas públicas voltadas para a industrialização da agricultura na América Latina se tornaram mais forte, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970.

### **A agricultura alternativa e a formação do movimento agroecológico**

Diante de um método produtivo que visa o esgotamento dos recursos naturais e marginaliza a sociedade rural, certamente emergiria movimentos sociais e trabalhos científicos de oposição à tal método. Um dos primeiros trabalhos de grande importância e crítica ao uso dos agrotóxicos na agricultura foi o livro da bióloga Rachel Carson, publicado em 1962, denominado *Primavera Silenciosa* (CARSON, 2010).

Nele, Carson explicita o quanto os agrotóxicos exterminam diversas espécies de insetos e de animais considerados como verdadeiras pragas e, conseqüentemente, prejudicam o meio ambiente desencadeando seu desequilíbrio (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p. 75-91). Ocorre que, num pensamento integral, o desequilíbrio ambiental atinge não só os animais e a geografia física, mas também a espécie humana, prejudicando a produção alimentar, a saúde do indivíduo pelo contato e ingestão de produtos químicos tóxicos e a dinâmica camponesa no modo de produção, diversidade agrícola e economia rural.

Muitas críticas foram feitas à agricultura convencional<sup>4</sup> diante dos problemas que a mesma traria para a sociedade e para o meio ambiente, sendo alguns deles: a) alteração na relação humano-natureza – na medida em que o processo sintético, químico e de grande escala de produção foge ao natural, fazendo com que o ser humano se esquivasse da dinâmica da natureza; b) poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos – recursos naturais como solo, água e ar; c) perda da biodiversidade com a implementação de um sistema monocultor; d) destruição do solo – devido ao alto índice de substâncias químicas incorporadas ao solo e da monocultura; e) assoreamento de rios e desmatamento; f) desigual distribuição de terra para a população; g) enfermidades como câncer, osteonecrose, cegueira, imunodepressores, entre outras (VALENÇA, 2016, p. 12). Isso posto, era essencial que propostas eficazes como alternativa a esse modelo produtivo fossem circuladas, conscientizadas e aplicadas na sociedade.

Com a publicação e o grande alcance do trabalho de Carson sobre os efeitos nocivos causados pelos agrotóxicos, diversas produções posteriores sobre o assunto emergiu e, também, o movimento ambientalista. A preocupação com o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente despertou debates importantes a nível mundial. Um evento importante relacionado a este tema foi a Conferência da Biosfera, promovida pela Unesco, em 1968, e discutiu as implicações da poluição do ar, das águas e o desmatamento (MELLO, 2017, p. 133).

Posteriormente, outra Conferência realizada, obtendo maior alcance internacional, foi a chamada Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida. Esta ocorreu no ano de 1972, na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, com objetivo de dar importância

---

<sup>4</sup> Chamamos de agricultura convencional a prática que se insere nos moldes da Revolução Verde. Este termo passou a ser utilizado por ter sido o método agrícola dominante em inúmeros países.

para as questões ambientais globais. A Conferência de Estocolmo foi decisiva para principiar um gerenciamento político para essas questões emergentes e, também, para ganhar atenção, no âmbito internacional, às mesmas (LEIS, D'AMATO, 1998, p. 45). O Brasil foi um dos 113 países que participou da Conferência. Em 1983, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, com intuito de “analisar os conflitos entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental e propor soluções” (LIMA, 2005, p. 3) a qual obteve como um dos resultados o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’.

A década de 1970 foi um período que marcou a difusão dos debates em busca de soluções frente aos descontentamentos referente às transformações ambientais dos anos anteriores, numa perspectiva global. Na esfera da produção de alimentos, fortaleceu, nesse contexto, a chamada agricultura alternativa, que se propunha como saída ou possibilidade de outras formas de produção que não à proposta pela “Revolução Verde”. Dessa maneira, se faz necessário compreendermos o surgimento e a adoção dessa prática alternativa de produção agrícola.

Como mencionado, o movimento da agricultura alternativa emerge na década de 1970, entretanto foi embasado por estudos que começaram a surgir no início do século XX. Tais estudos não nasceram como uma reação à “Revolução Verde”, como podemos perceber pelas datas de surgimento a seguir, eles são, no entanto, uma oposição às teorias que raíram na passagem do século XX, referente à introdução da prática de adubação química na agricultura, criada por Justus von Liebig<sup>5</sup> (EHLERS, 1994, p. 232). Foi diante da dispersão e implementação do trabalho de Liebig, que surgiu o que Eduardo Ehlers chamou de movimentos rebeldes. Esses movimentos despontaram como resistência à utilização dos produtos que iriam compor os pacotes tecnológicos da “Revolução Verde” e sugeriam formas alternativas de produzir sem aplicação de fertilizantes químicos, ou seja, a busca por uma agricultura com uso de materiais orgânicos (EHLERS, 1994, p. 232).

O autor aponta as vertentes dos chamados movimentos rebeldes, nas quais seriam: a agricultura biodinâmica, desenvolvida por Rudolf Steiner em 1924 na Alemanha; agricultura orgânica, por Albert Howard em 1925 na Inglaterra; agricultura biológica, por Hans Peter Muller em 1930 na França; e agricultura natural, por Mokiti Okada em 1935 no Japão (EHLERS, 1994, p. 232). Embora houvesse diferenciações

---

<sup>5</sup> Justus von Liebig foi um químico alemão que defendeu que a incorporação de substâncias químicas no solo produziria um aumento significativo na produção agrícola.

práticas e científicas em cada uma dessas vertentes, pode-se dizer que todos esses estudiosos defendiam uma maneira de cultivo que valoraria a biodiversidade e o consórcio de espécies para o controle de pragas e utilizaria de adubação orgânica. Foram estes estudos dos movimentos rebeldes, que serviram de alicerce para o que se chamou de agricultura alternativa na década de 1970.

Muitos nomes surgiram para um mesmo propósito, isso demonstra que existia certa preocupação com dispersão da ideia de uma agricultura mais natural, e é nesse sentido que surgiu também o termo agroecológico. Porém, segundo José Eli da Veiga, essas propostas agrícolas alternativas não foram amplamente propagadas, ou seja, “ficaram confinadas em pequenos guetos enquanto a opção mecânico-química permitia que grande parte da população alcançasse, pela primeira vez na história da humanidade, uma real (in)segurança alimentar” (VEIGA, 1994, p. 21). Isso nos mostra que, embora houvesse muitos estudos científicos em oposição à agricultura química, o alcance foi pequeno, inicialmente, e essa agricultura industrial se propagou mais efetivamente se fortalecendo e tornando hegemônica, ou de uso convencional.

No início dos anos 70, avolumou alguns grupos insatisfeitos com o modelo produtivo agrícola proposto pela “Revolução Verde”, no qual suscitou novas formas produtivas que foi nomeada de agricultura alternativa, como mencionado. Esse movimento foi influenciado pelo livro de Carson, pelos movimentos ambientalistas, pelo movimento da contracultura<sup>6</sup>, dentre outros trabalhos e movimentos da época (EHLERS, 1994, p. 251). Ele se fortaleceu, também, por certa conscientização dos malefícios que o pacote tecnológico da agricultura convencional provoca ao meio ambiente, à saúde do indivíduo, entre outros. A agricultura alternativa cresceu em âmbito internacional e, como consequência, foi fundada em 1972, na França, a *International Federation on Organic Agriculture Movement* (IFOAM) com objetivo de fortalecer a agricultura alternativa. A IFOAM foi a primeira organização internacional de referência para a circulação de informações técnicas, de produção, científica, de certificação, entre outras (EHLERS, 1994, p. 252-253).

Para que fossem disseminadas as ideias de uma agricultura sustentável, ou agricultura alternativa, Kaimowitz diz que foi de extrema importância o nascimento e

---

<sup>6</sup> A contracultura foi um movimento de contestação em diversos países, na década de 1960 e 1970, que questionava o comportamento das sociedades em diferentes aspectos. Esse movimento buscava uma vida mais simples, uma alimentação mais natural que valorizasse a natureza e que alterasse as formas de consumo humano moderno (EHLERS, 1994, p. 251).

atuação das ONGs – Organizações não-Governamentais – na América Latina. Essas surgiram na década de 1980 ou “década perdida”, como nomeou Miguel Altieri. Este autor diz que a década de 1980, em muitos países da América Latina, foi marcada por uma grave crise econômica de extraordinários custos ambientais, na qual ele denominou de “década perdida” (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 72).

Segundo Altieri, apesar de vários projetos de desenvolvimento, os países latino-americanos estão inseridos em uma ordem econômica mundial, modelo econômico neoliberal, e que, apesar do fato de que em alguns países, como Argentina, Chile e México, o modelo de agricultura industrial tenha parecido ter tido êxito, numa perspectiva macroeconômica, as questões ambientais foram degradantes. Pode-se citar como exemplo o “desmatamento, erosão do solo, poluição industrial, contaminação por pesticidas e a perda da biodiversidade, todas essas questões continuam com taxas alarmantes e que não refletem nos indicadores econômicos” (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 78). O autor afirmou que existiu uma crise econômica mesmo com a inserção desse modelo de produção da “Revolução Verde”, e que essa forma neoliberal capitalista na produção agrícola não trouxe um resultado tão satisfatório como vislumbrado e, além disso, custou a degradação do meio ambiente (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 83).

Conforme mencionado acima, o surgimento e a atuação das organizações não-governamentais foram essenciais para a disseminação da agricultura alternativa nos países latino-americanos. Essas ONGs, as quais irei me referir logo a frente, são as que partem de um princípio de desenvolvimento ecológico e sustentável. Elas foram essenciais para a implantação e aderência de uma nova forma de agricultura, alternativa aos padrões industriais, pois, como dito, o modelo dominante industrial acarretou alterações negativas reais no campo e no distanciamento dos camponeses com as tradições de plantio. Além disso, Sílvia Ribeiro destaca que as relações de dependência do rural em relação ao urbano

em nível nacional repetem-se no plano internacional, determinando que os atores diretos da produção agrícola fiquem cada vez mais fragmentados e marginalizados da possibilidade de tomar as decisões que dão forma à sua vida, tanto no plano do trabalho e econômico, quanto no social e cultural (RIBEIRO, 1997, p. 153).

Nesse sentido, as ONGs têm um papel fundamental de promover capacitação de restauração ou apoio aos modelos de produção agrícola tradicionais, revalorizando

as tecnologias dos próprios produtores rurais e lembrando a importância das culturas locais. Isso é muito importante, tendo em vista que a agricultura é uma das principais atividades econômicas de quase todos os países latino-americanos.

O termo agroecologia não era usado comumente. Na década de 1970 e 1980 a agroecologia era conhecida como uma disciplina científica de alguns cursos de agronomia e, foi na década de 1990 que ela surgiu como movimento social, no qual estava relacionado a um conjunto de práticas agrícolas. A agroecologia, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, ultrapassou a questão ambiental da produção agrícola, abrangendo questões de justiça social, posse de terra, economia camponesa, entre outras questões sociais, ambientais, econômicas e políticas. Por ser tão extensa em seus propósitos, ela se inseriu à movimentos sociais e ONGs de diversos locais latino-americano (COSTA et al., 2015, p. 71).

Segundo a AS-PTA<sup>7</sup> (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa),

a proposta agroecológica deve ser compreendida como uma reação social crítica e ativa frente aos efeitos socioambientais negativos gerados pelo projeto de modernização agrícola implantado nos países da região a partir da década de 1960. Essa reação mobiliza também parcelas crescentes do campo científico-acadêmico envolvidas na sistematização e no desenvolvimento teórico da Agroecologia. Por meio dessa evolução descentralizada, que articula atores de várias esferas sociais, a Agroecologia é hoje concebida como uma prática, como uma ciência e como um movimento social (PETERSEN; LONDRES, 2015, np).

A publicação do livro de Miguel Altieri, em 1987, denominado *Agroecologia*, e traduzido no Brasil pela AS-PTA em 1989, foi essencial para a difusão do conhecimento acerca da agroecologia e seus conceitos. Assim, muitas ONGs e movimentos sociais que se identificaram com seus pressupostos aderiram em seus projetos mesmo que utilizassem de outros termos por ser um conceito muito novo.

Vale ressaltar, que nas décadas de 1970 e 1980 muitos termos eram utilizados com a mesma finalidade. Por exemplo, é possível encontrar no Jornal do Brasil “agricultura natural” e “agricultura alternativa” em uma mesma matéria, na qual se referem a um mesmo propósito. Nesse período, o termo agroecologia era muito

---

<sup>7</sup> A AS-PTA é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A AS-PTA é a rede que se formou ao longo do tempo, inicialmente era conhecida apenas como PTA.

recente, e poderia ser facilmente utilizado com o mesmo sentido de agricultura orgânica ou alternativa. Só mais tarde, no fim da década de 1980 e 1990, que o conceito de agroecologia foi compreendido com clareza, tendo como base o livro de Altieri, no entanto, algumas ONGs eram nomeadas com o termo “agricultura alternativa”, mas faziam parte da rede agroecológica<sup>8</sup>.

Foi nos fins da tal aludida década perdida, em 1989, no Chile, que nasceu o Consórcio Latino-americano de Agroecología y Desarrollo (CLADES), composto por 10 ONGs da América Latina. Foi formado pela PTA-FASE (Brasil); CPCC e CECTEC (Paraguai); IMCA (Colombia); INDES (Argentina); CAAP (Equador); CET (Chile); CIED e IDEAS (Peru) e SEMTA (Bolívia). O objetivo da criação do Consórcio era de possibilitar o desenvolvimento institucional das ONGs e de seus membros por meio da pesquisa, da capacitação e da informação acerca da difusão da agroecologia (COSTA et al., 2015, p.71). Dessa forma as Organizações poderiam contribuir para a formação de outros grupos, movimentos e compartilhar os conhecimentos a respeito da agroecologia, suas implementações, lutas política e sociais.

No mesmo ano, diversas ONGs também deram origem ao Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe – MAELA, que só veio se formalizar em 1992. Esse movimento está relacionado às alternativas e experiências agroecológicas<sup>9</sup> que estavam sendo desenvolvidas em diversos países da América Latina e tinha por objetivo

contribuir para o processo de mudanças sociais, tecnológicas, científicas e políticas que possibilitem a construção de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente sustentável, que respeite a diversidade cultural e que conte com uma participação popular ativa. (WEHRLE, 1997, p.163)

Segundo Wehrle, a criação do MAELA também está associado à *International Federation of Organic Agriculture Movements* – IFOAM – que, por iniciativa de regionalização, promoveu em 1989, na Bolívia, o Primeiro Encontro Latino Americano de Agricultura Orgânica, no qual a maior parte das organizações presente eram não-

---

<sup>8</sup> É importante compreender que hoje conseguimos diferenciar o movimento da agricultura alternativa e o movimento agroecológico, bem como a agricultura orgânica, entretanto para o período de surgimento do movimento agroecológico essa diferenciação não era muito evidente.

<sup>9</sup> É necessário informar que este trabalho não pretende realizar o diálogo das semelhanças e diferenças entre a agricultura orgânica, alternativa, sustentável ou agroecológica de forma profunda. Referenciaremos todas elas dentro de uma ampla compreensão de movimentos e modos de produção que se manifestavam em oposição ao sistema agroindustrial da Revolução Verde.

governamentais.<sup>10</sup> Nesse encontro foi estabelecido objetivos, estratégias de trabalho e organizações, tendo como resultado a criação de um Comitê de Coordenação para reforçar as redes ou movimentos agroecológicos e de produção orgânica nos países da América Latina. Sendo assim, o MAELA pretendeu “ser um movimento de movimentos ou redes nacionais orientadas a reforçar o desenvolvimento do Movimento a partir da base” (WEHRLE, 1997, p. 163).

Outros dois Encontros do MAELA foram realizados ainda no século XX, sendo um no mesmo ano da Rio-92, na cidade de São Paulo, e outro em 1995 na Venezuela, consolidando o Movimento Agroecológico. Wehrle nos apresenta os avanços significativos nas redes e movimentos nacionais já existentes na América Latina, incentivando, apoiando, fortalecendo e consolidando-os. A saber:

Movimento Agroecológico Chileno (MACH); Rede de Agricultura Ecológica (RAE) no Peru; Coordenadora Ecológica Equatoriana (CEA), Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), no Brasil; Rede Argentina de Agroecologia, Mesa Ecológica no Uruguai; Rede Colombiana de Agricultura Ecológica de El Salvador (COAGRES); Rede Coordenadora de ONGs com Projetos Alternativos de Desenvolvimento (COPROALDE) na Costa Rica; junto a outras que se encontram em formação. A maioria destas organizações realizam regularmente ações de capacitação, assessoramento técnico, difusão e informação para seus integrantes, certificação de produtos biológicos ou orgânicos, obtendo um significativo reconhecimento como organizações autorizadas no tema dentro de seus respectivos países (WEHRLE, 1997, p. 164).

As associações, cooperativas, redes e movimentos de agricultura alternativa criaram uma teia na América Latina que se fortaleceu e se apoiou em detrimento da agricultura industrial implantada em meados do século XX. Além disso, é possível ver que o movimento Agroecológico Latino-Americano e Caribenho manteve sua rede afóra da América, visto que há também uma vinculação com a EULEISA – Rede Europeia para a Agricultura de Baixos Insumos Modernos (WEHRLE, 1997, p. 164). É perceptível que o poder da agricultura industrial é forte, por estar vinculado à grandes corporações multinacionais, em contrapartida, as redes de agricultura alternativa também são fortes e ativas, e levam informações, educação ambiental, saúde, tecnologias ecológicas e culturas socioambientais conscientizando a sociedade da importância da segurança alimentar. Uma rede de transformação.

---

<sup>10</sup> <https://www.ifoam.bio/>

## O movimento agroecológico no Rio de Janeiro (Coonatura, AS-PTA e ABIO)

Afunilando para a cidade do Rio de Janeiro, propomos que o movimento agroecológico local se manifestou, nos fins da década de 1970, com a formação de um grupo de pessoas com ideologias ecológicas que encontravam um sentimento comum: a insatisfação de uma política nacional que intensificou o uso de agroquímicos presentes na produção dos alimentos. Diante disso, decidiram unir forças e mobilizaram a produção de alimentos orgânicos na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, visando propiciar um consumo mais natural e sustentável à população da cidade.

Um episódio marcante que mobilizou muitas pessoas foi quando, em 12 de janeiro de 1979, o casal, Joaquim Moura<sup>11</sup> e Ligia Lara, publicou no Jornal do Brasil, na seção de carta aos leitores, uma nota intitulada “*Comida sem veneno*”. Compreendemos tal carta como um manifesto, muito bem-posicionado, contra a hegemonia da produção convencional vigente no país.

A carta contestava o preço alto dos alimentos e afirmava ser “comida morta e envenenada” (JORNAL DO BRASIL, 12 de janeiro de 1979, edição 0277). O casal acreditava que a solução para tais circunstâncias era se organizar para “produzir, distribuir e consumir alimentos frescos, puros e baratos” e a melhor forma de fazer isso seria de maneira horizontal, sem intermediários, criando uma cooperativa. Assim, Joaquim e Ligia convidavam os leitores, que compartilhassem da mesma insatisfação com o estado de contaminação a que eram submetidos os alimentos, a entrar em contato com eles para que, assim, pudessem pensar em estratégias de materializar o sonho de se alimentarem de comida saudável de verdade. Vemos a publicação, na íntegra, a seguir:

[COMIDA SEM VENENO] Os preços estão caros e a comida morta ou contaminada. Como não parece mesmo haver qualquer solução oficial à vista, só resta nos organizarmos para produzir, distribuir e consumir alimentos frescos, puros e baratos. Esta carta é uma semente. A proposta é criar uma espécie de cooperativa que distribua, para quem se interesse, hortaliças (para começar) produzidas sem inseticidas nem outras químicas por quem tenha fazenda, sítio ou mesmo terreno

---

<sup>11</sup> Segundo o Jornal do Brasil, publicado em 15 de fevereiro de 1979 – edição 00311 – Joaquim Moura tinha 31 anos de idade, era agricultor, teria formado em desenho industrial e era ex-funcionário do Banco Central do Brasil. O jornal, como se pode imaginar, não deu detalhes sobre Ligia Lara, apenas mencionou que era esposa de Joaquim.

grande em casa e queira aumentar ou diversificar sua renda, divertir-se e aprender plantando conforme a Natureza e contribuir para melhora da alimentação dos sacrificados cariocas. Para começar um movimento que pode crescer muito, basta por ora que os interessados entrem em contato conosco, por carta, informando quem queira plantar, da disponibilidade e localização da área, e quem queira consumir, suas necessidades semanais de hortaliças, raízes, ovos, queijo, mel, doces naturais etc. Conforme a receptividade da ideia, o segundo passo seria a legalização da Cooperativa e a instalação de um entreposto/depósito e talvez um sistema de entrega em domicílio. Estamos prontos a dar nossa colaboração e tempo para concretização dessa ideia, que nos parece excelente e urgente, e orientar os futuros produtores nas práticas de uma agricultura natural, pura e generosa. Responderemos a todas as cartas e agradecemos sugestões. Joaquim e Ligia. Rua Domingos Ferreira, 78, apto 201, CEP 20050, Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 12 de janeiro de 1979, edição 0277).

Essa publicação no Jornal do Brasil polemizou o assunto da agricultura alternativa, em suas derivadas nomenclaturas, a ponto de ser abordado em diferentes edições. Dia 15 de fevereiro do mesmo ano, o Jornal mencionou as consequências da chamada “*Comida sem veneno*” e colocou uma nota informando que nos EUA o governo estava sendo pressionado a tornar obrigatório a transparência referente ao uso de aditivos químicos e ingredientes nos rótulos dos produtos. Também noticiou que a agricultura orgânica era efetiva na Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e EUA, e quase inédita no Brasil. Além disso, na grande mídia brasileira, o Globo Repórter anunciava o uso prejudicial de agrotóxicos nos alimentos, dando título ao programa de “*Azeite e Veneno: o que há de errado com nossa salada?*”. A repercussão do assunto se estendeu por algum tempo e contribuiu para que as vendas de hortaliças reduzissem em 50% nas grandes cidades brasileiras (JORNAL DO BRASIL, 15 de fevereiro de 1979, edição 00311).

O casal de agricultores alternativos, como foram chamados em algumas matérias do jornal, recebeu muitas cartas de pessoas que compartilhavam das mesmas ideias. Conforme anunciado nas edições do Jornal do Brasil, eles receberam cartas de pessoas que ofereceram fazendas e sítios no Estado do Rio de Janeiro, que ofereceram terreno na cidade e de futuros consumidores. Em um sábado, dia 10 de março do mesmo ano, foi realizado um encontro no Parque Lage com os contatos que enviaram as cartas ao casal Joaquim e Ligia para debaterem os propósitos da futura cooperativa. Assim, reuniram-se mais de 200 pessoas instigadas a concretizar a produção, distribuição e consumo de comida sem veneno. Entre elas havia “estudantes, economistas, agrônomos, mães de família, professores de química,

biologia e história, psicólogos, militares, médicos, agricultores alternativos, administradores, espiritualistas, fazendeiros, cientistas, jornalistas, poetas, advogados e curiosos”, uma pluralidade de pessoas (JORNAL DO BRASIL, 17 de março de 1979, edição 343).

Dessa mobilização, realizando o desejo inicial, fundou-se a Coonatura – Cooperativa mista de produtores, consumidores de alimentos, ideias e soluções naturais – a primeira cooperativa de consumidores orgânicos no Rio de Janeiro. As primeiras reuniões foram realizadas no Parque Lage, que se encontra na cidade do Rio de Janeiro, desdobrando-se em experiências com hortas em um orfanato carioca para, então, surgir o primeiro ponto de venda, em Copacabana, em 1980. Em 1981, deu início a outro local de produção de alimentos ecológicos, onde foi alugado o sítio Semente no Brejal, região de Posse, distrito de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro (VALENÇA, 2016, p. 34).



**Figura 1 – Reunião da COONATURA no Parque Lage.**

Fonte: AGUINAGA, 2018.

Nesse momento, a Coonatura compartilhava o pioneirismo na criação de uma cooperativa de impulsionamento à produção orgânica com a Cooperativa Ecológica Coolmeia, que foi fundada em 1978 na cidade de Porto Alegre/RS. Ambas cooperativas atuaram na promoção de uma alimentação natural, na produção ecológica e na comercialização de orgânicos por meio do cooperativismo e

autogestão, impactando a economia dos produtores, manifestando-se politicamente em resistência à agricultura convencional e em defesa de um meio ambiente saudável.

Alguns anos depois, a Coonatura passou a se chamar Associação Harmonia Ambiental Coonatura, que visava trazer para o centro urbano alimentos orgânicos mais saudáveis para a população advindos da região do Brejal, localizado no município de Petrópolis/RJ, entre outras finalidades. A associação fazia parte de uma rede local onde existiam outras organizações, como é o caso da AS-PTA, criada em 1983, e a Associação dos agricultores biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), criada em 1985.

Se faz necessário compreender que, segundo as fontes encontradas no Jornal do Brasil, não se denominava de movimento agroecológico a união desse grupo de pessoas das quais se formou a Coonatura, no entanto, o objetivo de caracterizar como tal se dá diante do fato de que a preocupação do grupo formado não era apenas com a técnica de produção agrícola, mas levava-se em conta aspectos sociais, econômicos, políticos, de saúde, entre outros. Além disso, a Coonatura teve o papel de conscientizar e incentivar a transição agroecológica de produtores que se inseriam nos conformes de uma produção industrial. A Coonatura, bem como a Coolmeia, se encerrou no início dos anos 2000.

A Coonatura não teve uma relação direta com o Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe, pois era uma cooperativa local que se preocupava com a produção e consumo de alimentos livres de agroquímicos e que em sua trajetória foi incluindo pautas sociais e econômicas na comunidade campesina da região que se inseriu. O Projeto Tecnologias Alternativas/FASE, que posteriormente se tornou a AS-PTA, foi quem esteve envolvido diretamente com o surgimento do CLADES e do MAELA.

A AS-PTA, nascida em 1983, atuou na promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil, além disso colaborou para a criação e atuação de redes de desenvolvimento sustentável. A ação e envolvimento da AS-PTA com as organizações latino-americanas, como no MAELA e no CLADES, se deu no intuito de constituir uma rede de conhecimentos, elaboração, implantação e acompanhamento de políticas públicas.<sup>12</sup> Além disso, a rede do Movimento Agroecológico da América Latina se articula entre seus associados na

---

<sup>12</sup> É possível encontrar mais informações sobre a Associação em <http://aspta.org.br>

busca pela soberania alimentar com apreço pelo meio ambiente, e se fez necessária para a troca de informações entre as experiências agroecológicas no continente. Atualmente, a AS-PTA exerce uma função importante na articulação brasileira e latino-americana para o funcionamento da rede agroecológica e da agricultura familiar camponesa.

Outra iniciativa importante para o movimento agroecológico do Rio de Janeiro foi a Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), que foi criada em 1984 por um pequeno grupo de agricultores, na cidade de Nova Friburgo/RJ. Seu objetivo foi de contribuir para o movimento de agricultura orgânica que ainda era recente no Brasil.<sup>13</sup> A ABIO e a Coonatura se articulavam em muitos propósitos em comum na qual temos, como exemplo, a criação da Feira Orgânica da Glória em 1995. Considerando a cidade do Rio de Janeiro como ponto central e a formação gradativa de movimentos de agricultura alternativa local, alguns membros dessas associações se conheciam e se articulavam, pois tinham um objetivo inicial comum de se organizar, produzir, consumir e comercializar alimentos advindos de uma agricultura livre de agrotóxicos e implementada com técnicas sustentáveis.

A emergência de um movimento agroecológico, orgânico e alternativo no Rio de Janeiro se relacionava com o movimento ambientalista internacional e com as pautas ambientais que emergiram em várias regiões do Brasil. As cooperativas, associações, ONGs e outras Instituições formavam uma ampla rede que contatavam entre si a fim de consolidar uma luta em contraponto à agricultura industrial e suas consequências para a sociedade e para o meio ambiente.

---

<sup>13</sup> É possível encontrar mais informações sobre a Associação em <https://abiorj.org>



**Figura 2 – Cartilha da Feira Cultural Ecológica da Glória no Rio de Janeiro.**  
Fonte: AGUINAGA, 2018.

Nessa cartilha fica evidente a presença de uma rede estadual de produtores participantes da Feira da Glória, do mesmo modo que vemos a articulação com cooperativas e associações de outros Estados, como Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Nos anos 90, momento de criação da Feira, as formas alternativas de produção e a agroecologia eram um pouco mais difundidas e a comercialização aumentava gradativamente. Enfim, percebe-se que a rede de agricultura alternativa, ou agroecológica, foi se fortalecendo ao longo do tempo e expandindo as regiões de atuação.

### Considerações finais

Conclui-se que, diante de uma política alimentar agroquímica difundida pela “Revolução Verde”, a qual visa o lucro e não a saúde do ambiente e do ser humano, foi de extrema importância o surgimento de grupos, associações, cooperativas e organizações não-governamentais que buscassem modos de produção alternativos e ecológicos. Deve-se levar em conta que alguns países da América Latina viviam um período de Ditadura Militar, em que se buscava a industrialização e modernização, no

caso da agricultura com a implementação das políticas agrícolas nos moldes da “Revolução Verde”, além de forte repressão em diversas esferas. Sendo assim, foi de grande coragem e determinação que se formou as variadas vertentes de produção agrícola que se convergiram no movimento da agricultura alternativa na década de 1970. Dentre estas, ressaltamos nesse trabalho a Coonatura, AS-PTA e ABIO, no Brasil, e outras ONGs pela América Latina.

A ampliação do conceito e difusão da agroecologia, inicialmente como disciplina científica, depois como prática agrícola e, posteriormente, como movimento social, foi muito importante para a formação de uma rede latino-americana. A criação do CLADES e do MAELA, ambos compostos por organizações de diversos países da América Latina, fortaleceu a permanência desses grupos, a divulgação técnica e científica, a busca por políticas públicas com enfoque agroecológico, a luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional, e outras tantas demandas que se fazem necessárias para enfrentar a grave crise alimentar e ambiental existente em muitos países desde meados do século XX.

O movimento agroecológico latino-americano é uma rede ampla, atualmente bem consolidada, que permanece no trabalho contínuo de resistência ao agronegócio e de transformação alimentar, produtiva, política, social, cultural e econômica. Por fim, como disse Bill Mollinson: “el problema de la agricultura actual, es que no es un sistema para la restauración de ecosistemas ni para la producción de comida, si no para la producción de dinero” (MOLLINSON, 1994, p.85).

**Artigo recebido em 05 de abril de 2021.**

**Aprovado para publicação em 23 de junho de 2021.**

## Referências

AGUINAGA, Paulo. *Arquivo pessoal da Associação Harmonia Ambiental Coonatura sob tutela de Paulo Aguinaga*. Distrito Brejal, Petrópolis, Rio de Janeiro, outubro de 2018.

ALTIERI, Miguel A., MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione, NAVARRO, Zander. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. ““Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan.-mar. 2017.

COMIDA sem veneno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1979. Seção Carta aos leitores. Edição 0277. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, Acesso em: 28 mar. 2021.

COSTA, Manuel B.B. *et al* Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. In: Semana de Agroecologia, I., 2011, UFSCar Sorocaba. Anais, 2015. p. 63-75.

EHLERS, Eduardo. “A agricultura alternativa: uma visão histórica”. *Estudos Economicos*, São Paulo, V.24, N. Especial. 1994. p. 231-262.

KAIMOWITZ, David. “O avanço da agricultura sustentável na América Latina”. In: ALMEIDA, Jalcione, NAVARRO, Zander. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

LEIS, Héctor Ricardo; D’AMATO, José Luís. O ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. in: CAVALCANTI, Clóvis (org.): *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. 2. ed. São Paulo/Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1998, p. 77–103, 429p.

LIMA, Luís Corrêa. História, meio ambiente e cultura: a contribuição de Fernand Braudel. *Em Debate (PUCRJ. Online)*, Rio de Janeiro, RJ, n.2, p. 1-15, 2005.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *Dialética da agroecologia*. 2 ed. São Paulo: expressão Popular, 2014.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *A EMBRAPA na Amazônia oriental: ditadura militar, desenvolvimento e ambientalismo (1972-1993)* - Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz– Rio de Janeiro: s.n., 2017.

MOLLISON, Bill. *Introducción a la permacultura*. Tagari publications, 1994, Australia.

PETERSEN, Paulo; LONDRES, Flavia. *Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe*. 2015. Disponível em: <https://aspta.org.br/2015/11/23/fao>, Acesso em: 06 jun. 2021.

PICADO UMAÑA, W. (2011), Breve historia semántica de la Revolución Verde, en LANERO, D. y FREIRE, D. (coord.), *Agriculturas e innovación tecnológica en la península Ibérica (1946-1975)*, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, Madrid, 2011, pp. 25-50.

POR uma comida sem veneno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1979. Edição 0311. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, Acesso em: 28 mar. 2021.

RIBEIRO, Sílvia. Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione, NAVARRO, Zander. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de Doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

VALENÇA, Tainá Guimarães. *Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro*. 2016. Dissertação de mestrado, IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

VEIGA, José Eli da. “Problemas da transição à agricultura sustentável”. *Estudos Economicos*, São Paulo, V.24, N. Especial. 1994. p. 9-29.

WEHRLE, Andrés. “O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe – Maela: por uma nova face para nossa agricultura”. In: ALMEIDA, J., ZANDER, N. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

WRIGHT, Angus. “Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX”. *Estados Unidos da América. Topoi*, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012.